

UMA MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO: A ATUAÇÃO DE EUNICE PAIVA EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA À REDEMOCRATIZAÇÃO

Mariana Rodrigues Festucci Ferreira
mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP
marianafestucci@yahoo.com.br

Resumo: Este texto é fruto de uma pesquisa em andamento no programa de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, e que visa à construção da memória de Eunice Paiva dando-se ênfase a sua militância em defesa dos direitos humanos no período que compreende da ditadura civil militar brasileira à redemocratização (de 1964 aos dias atuais).

Palavras chave: Eunice Paiva. Memória. Direitos humanos. Ditadura.

A MEMORY UNDER CONSTRUCTION: THE ROLE OF EUNICE PAIVA IN DEFENSE OF HUMAN RIGHTS, THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP TO DEMOCRACY

Abstract: This paper is the result of an ongoing research in the graduate program in Social Psychology from PUC- SP, and aimed at the construction of Eunice Paiva memory giving emphasis to his activism in defense of human rights in the run comprises the Brazilian military dictatorship to civilian democracy (1964 to today).

Keywords: Eunice Paiva. Memory. Human rights. Dictatorship.

Ela ergueu o atestado de óbito para a imprensa, como um troféu. Foi naquele momento que descobri: ali estava a verdadeira heroína da família; sobre ela que nós, escritores, deveríamos escrever
– Marcelo Rubens Paiva. *Ainda estou aqui* (2015).

Sobre a pesquisa.

Este texto, fruto de uma pesquisa em andamento no núcleo de pós graduação em Psicologia Social da PUC-SP, tem como objeto a construção da memória de Eunice Paiva em favor dos direitos humanos no período que compreende da ditadura civil militar brasileira à redemocratização. Para tanto, utiliza-se da metodologia qualitativa compreendendo revisão bibliográfica, pesquisa documental (em jornais, revistas e materiais divulgados pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão da Verdade do estado de São Paulo), além da coleta de

depoimentos de pessoas que conviveram com Eunice Paiva com a metodologia da História oral.

Tal pesquisa é motivada pela necessidade apontada por Walter Benjamin de se construir, sob uma perspectiva materialista dialética, uma narrativa histórica que leve em conta a perspectiva daqueles que foram violentados pela ação do poder dominante de determinada época (que agiu arbitrariamente no apagamento de rastros e documentos – haja vista as ações dos nazistas e dos militares durante a ditadura brasileira, por exemplo). A narrativa histórica, na perspectiva benjamiana, deve agir eticamente sobre o passado, articulando-o ao presente para inscrevê-lo em uma transmissão “intergeracional, a despeito de suas falhas e lacunas” (GAGNEBIN, 2014, p. 30), a fim de enriquecer o campo da experiência e honrar os antepassados.

Eunice Paiva para além da tragédia.

Eunice Paiva teve o marido (deputado Rubens Paiva) extraído de seu convívio por agentes da ditadura civil militar no dia 21 de janeiro de 1971; na mesma ocasião ela foi presa e interrogada, tendo permanecido por 12 dias com uma de suas filhas menores (Eliana, de 15 anos) nas dependências do DOI-Codi do Rio de Janeiro. Após a libertação, Eunice passou a exigir a verdade sobre o paradeiro do marido, e tendo tido indicações de que ele havia sido assassinado, reivindicou o reconhecimento de sua morte (a declaração oficial do óbito só foi emitida 25 anos depois) e a revelação de onde o corpo estaria enterrado (o que jamais descobriu) para que lhe pudesse prestar as honrarias fúnebres. Eunice, entretanto, foi para além da dimensão pessoal da tragédia e passou a militar pela verdade e direitos civis dos desaparecidos e de seus familiares de todo o Brasil, tomando parte em comissões civis. Formou-se advogada e atuou profissionalmente contra a violência e expropriação indevidas de terras sofridas pela população indígena, participando, junto com outros especialistas, das organizações Mata Virgem, Fundação Pró-Índio e IAMÁ (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente). Eunice Paiva com sua militância e crítica ao regime ditatorial arriscou a própria vida, pois conforme mostrou documentos do SNI (Serviço Nacional de Inteligência) atualmente sob a guarda do Ministério da Justiça e que vieram à público em 2013, tanto ela quanto seus filhos foram vigiados por agentes militares de 1971 até 1984 (VIÚVA..., 2015).

Figura 1. Eunice e os filhos na 1ª foto após a prisão de Rubens Paiva



Fonte: Revista Época – 18/8/2015.

Eunice Paiva tomou parte na organização do movimento “Diretas-Já” a partir de 1984. Com a redemocratização, Eunice pressionou os governantes a tomarem posição política contra as vítimas da ditadura, até que em 1996, Fernando Henrique Cardoso assinou a Lei 9.140, dos “desaparecidos da ditadura”, que instituiu o reconhecimento e responsabilização do Estado pelas mortes, à emissão dos atestados de óbito e a indenização para os familiares. Eunice presidiu a cerimônia de sancionamento da lei, junto com o presidente da república e o Ministro das Forças Armadas. Também foi em 1996 que o presidente convidou Eunice Paiva para compor a Comissão de Mortos e Desaparecidos, que analisaria os casos das vítimas da ditadura e concederia indenizações aos seus familiares. Eunice atuou na Comissão por alguns meses, mas acabou pedindo afastamento, sob a alegação de que tal situação a mobilizava emocionalmente.

Em sua atuação como advogada Eunice se tornou consultora em direitos humanos do governo federal, do Banco Mundial e da ONU (Organização das Nações Unidas), além de representar populações indígenas que tinham suas terras indevidamente demarcadas ou expropriadas.

Em outubro de 1983, assinou com Manuela Carneiro da Cunha, na seção “Tendências e Debates” da Folha, o artigo “Defendam os

pataxós”. Ambas trabalhavam na Comissão Pró-Índio de São Paulo, ONG fundada em 1978. O artigo foi um marco na luta indígena brasileira e serviu de modelo para outros povos indígenas, inclusive africanos, americanos e esquimós (PAIVA, 2015, p. 203).

Eunice Paiva representou o Brasil no Congresso Mundial das Populações Nativas em Estrasburgo no ano de 1984. Combateu a política indigenista até o final da ditadura e anos depois, já no período democrático, atuou para que a Companhia Vale do Rio Doce indenizasse os índios que tiveram suas terras expropriadas em função da construção de linhas de transporte e barragens.

As linhas de transmissão da Eletronorte passavam em terras indígenas. Lá ia ela intervir. O banco Mundial investia em projetos na Amazônia e exigia o respeito às terras indígenas. No Projeto Carajás, ela exigiu que três milhões de dólares fossem para treze comunidades indígenas afetadas. Em Rondônia, a mesma coisa, o Banco Mundial financiou a rodovia Cuiabá-Porto-Velho, que passava por terras indígenas, condicionando a proteção de aldeias. Minha mãe advogou por eles (PAIVA, 2015, p. 209).

Figura 2. Folha de São Paulo, caderno Política, 18/04/1984.



Fonte: Acervo Folha.

De acordo com Junqueira (2015) foi Eunice quem primeiro teve a ideia para a escritura em conjunto do livro "O Estado contra o índio", publicado em 1985. Nele Eunice e a antropóloga Carmen Junqueira realizaram uma revisão sistemática da legislação indigenista brasileira desde a fundação da República, trataram sobre o índio brasileiro como pessoa titular e de direitos, criticaram a política indigenista e as

violações dos direitos humanos, e também propuseram perspectivas de solução da questão indígena através: da revisão da lei indigenista, da crítica à tutela exercida pela FUNAI, da promoção de entidades de apoio que conscientizassem a população do Brasil como um todo da situação crítica do índio, além de fornecerem recursos para as populações indígenas sobreviverem e para se organizarem efetivamente contra as expropriações de terras.

O livro “O Estado contra o índio” foi outro marco para a causa indigenista ao apresentar de forma didática as implicações legais da expropriação de terras, permitindo que as pessoas pudessem tecer críticas a respeito das informações legais que eram difundidas pelo Estado segundo os seus interesses. Junqueira (2015) acentua que o livro foi escrito a quatro mãos, mas que todo o trabalho de levantamento e leitura de documentos estatais que abarcaram um período de mais de sessenta anos foi realizado por Eunice.

Trechos de depoimentos colhidos sobre Eunice Paiva.

Joatan Vilela Berbel (cineasta que produziu o curta Eunice, Clarice e Thereza em 1979):

Minhas lembranças de Eunice Paiva: 1. Mulher gentil, discreta, inteligente. 2. Caráter firme, persistente. 3. Emoção contida, nunca oculta. 4. Mulher! Um tipo humano em falta no ambiente sociocultural brasileiro (Em depoimento escrito concedido em setembro de 2015) (BERBEL, 2015, [p. 1?]).

Betty Mindlin (antropóloga que atuou junto a Eunice Paiva na Mata Virgem e IAMÁ):

Minha família ligou-se a Eunice Paiva há muitas décadas. Creio que ela e Rubens eram inicialmente amigos de meu tio Henrique e minha tia Vera – todos moravam no Rio. Em 1971, quando Rubens desapareceu e nada se sabia sobre ele, tio Henrique ficou hospitalizado por cinco meses e acabou falecendo, com apenas 60 anos. Lembro muito de ver Eunice no hospital, todos compartilhávamos dores imensas [...]. Em 1987, Mauro Leonel, Carmen Junqueira, Tarcísio Lage, Eunice, alguns antropólogos e eu fundamos o IAMÁ – Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, organização não governamental que atuou até 2001 e foi muito importante para a defesa dos direitos indígenas e para a criação de projetos de educação, saúde, autonomia econômica e política de muitos povos. Carmen, Eunice e eu deixamos o IAMÁ em 2001. Eunice, antes da criação do IAMÁ, fez parte dos consultores que fizeram a avaliação da situação indígena dos povos afetados pelo Programa Polonoeste (1983-1987), avaliação coordenada por mim. Éramos contratados pela Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas. Foi no quadro dessa avaliação que ela fez pareceres muito importantes para os índios, como o que analisa a exploração madeireira nas terras indígenas e sua condição ilegal, ou o parecer que foi fundamental para a demarcação da Terra Indígena Zoró em 1987. Antes disso ela e Carmen escreveram um livrinho precioso, O Estado contra o índio, São Paulo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985. (Em espanhol, JUNQUEIRA, Carmen Sylvia de Alvarenga; PAIVA, Eunice. La legislación brasileña y las poblaciones indígenas en Brasil. In: STAVENHAGEN, Rodolfo. Derecho indígena y derechos humanos en América Latina. México: Instituto Interamericano de Derechos Humanos/El Colegio de México, 1988.). Eunice foi fundamental para a defesa dos índios. Fez parte também do Conselho Deliberativo da Fundação Mata Virgem, ONG brasileira que recebia fundos da Rainforest Foundation, fundada e financiada por Sting com a renda de seus concertos - doou nos anos em que participei cerca de 1 milhão de dólares por ano. Eu fui do Conselho Consultivo da FMV de 1989 a 1992, e representante desta nas reuniões da Rainforest Foundation. Junto com os Presidentes da FMV, Olympio Serra e depois Roberto Baruzzi, eu defendia as prioridades estabelecidas pela fundação brasileira, como o financiamento de demarcações, em especial os 11 milhões da terra Kayapó. Não foi uma tarefa fácil. Eunice, na FMV, era uma presença serena conduzindo ao diálogo entre militantes acalorados, com projetos e objetivos distintos, embora irmanados pela mesma causa. Eunice, Carmen, Mauro e eu, por vezes com meus pais e com meu compadre Adão Pinheiro, passamos inumeráveis fins-de-semana juntos em longas conversas, uma convivência deliciosa. Adão nunca chegou a dizer a ela, mas, como muitos outros que a conheceram, sempre a descrevia como mulher sedutora, com uma feminilidade atraente e original, mesmo em anos recentes (Em depoimento escrito concedido em setembro de 2015) (MINDLIN, 2015, [p. 1?]).

Considerações finais

É marcante que nos círculos acadêmicos e na grande mídia Eunice não seja reconhecida pelo nome próprio, mas somente em referência ao marido assassinado. O que visamos com esta pesquisa é situar à relevância desta personagem histórica que lutou pela dignidade humana e que se posicionou para além da tragédia pessoal. Tal objetivo ganha ainda mais enlevo em função do estado de saúde em que Eunice, atualmente com oitenta e seis anos, se encontra acometida pelo estágio III do Alzheimer. Segundo o relato do seu filho Marcelo Rubens Paiva em seu mais recente livro:

Jamais sentiria pena de si mesma. Nem queria que sentíssemos pena dela. Jamais pediu ajuda. Recentemente, uma nova fala cheia de significados entrou no seu repertório, especialmente quando um turbilhão de emoções a ataca, como rever uma filha que mora na

Europa ou segurar no colo o meu filho, o que mostra uma felicidade e um alerta, caso alguém não tenha reparado: Eu ainda estou aqui. Ainda estou aqui (PAIVA, 2015, p. 262).

Sabemos que Eunice Paiva ainda está aqui. E é isso que nos motiva na construção de sua memória.

Referências

BERBEL, J. V. **Depoimento escrito concedido à aluna Mariana Rodrigues Festucci sobre Eunice Paiva**, 2015.

OS FILHOS de Rubens Paiva falam sobre o dia em que o pai não voltou. **Revista Época**, ago. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/filhos-de-rubens-paiva-falam-sobre-o-dia-em-que-o-pai-nao-voltou.html>>. Acesso em: 18 nov. de 2015.

GAGNEBIN, J.M. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

JUNQUEIRA, C. **Depoimento oral concedido à aluna Mariana Rodrigues Festucci sobre a atuação de Eunice Paiva na causa indígena**, 2015.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Sobre a violação dos direitos humanos dos povos indígenas na ditadura civil-militar**, 2015. Aula ministrada para o público.

MINDLIN, B. **Depoimento escrito concedido à aluna Mariana Rodrigues Festucci sobre a atuação de Eunice Paiva na causa indígena**, 2015.

PAIVA, E; Junqueira, C. **O Estado contra o índio**. São Paulo: PUC, 1985.

PAIVA, M. R. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PARA Dalmo Dallari, sociedade reage contra extermínio do índio. **Jornal Folha de São Paulo**, 18 abr. 1984. Seção Política. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VIÚVA do ex deputado Rubens Paiva foi monitorada pela ditadura. **Jornal Folha de São Paulo**, 29 out. 2013. Seção Poder. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 15 nov. 2015.